

Congresso viu 400 projetos sobre Brasília em 4 anos

Mais de 500 projetos sobre Brasília foram examinados pelo Congresso Nacional nos últimos 4 anos, sendo quase 400 no Senado e 149 na Câmara dos Deputados. O curioso é que, pelo menos no Senado, a iniciativa parlamentar foi muito reduzida, uma vez que, a maioria das proposições pertenceu a iniciativas da Presidência da República. De todos os projetos sobre o DF, apresentados no Senado, 104 foram transformados em normas jurídicas. Na Câmara, dos 149 foram transformados em lei 55 proposições.

Depois da criação da Comissão do Distrito Federal no Senado, o número de proposições na Câmara reduziu-se consideravelmente. Existe contudo um desejo da maioria dos deputados federais de ter na Câmara uma comissão idêntica à do Senado. Aliás, já existe um projeto nesse sentido em tramitação naquela casa do Congresso, cujo autor é o deputado Siqueira Campos.

CONVOCAÇÃO

Uma das últimas matérias sobre Brasília em 75 foi a convocação do Governador em Plenário. O Senador Itamar Franco (MDBMG) aguarda para a próxima sessão legislativa a consulta que fez, através da Mesa do Senado, à Comissão de Constituição e Justiça para esclarecer se pode o Governador do Distrito Federal ser convocado a prestar esclarecimentos sobre a sua administração ao plenário do Senado Federal, e se for o caso, formular a correspondente proposição.

É interessante ressaltar também como um dos últimos registros ano legislativo de 75 foi a proposição do Senador Otair Becker, no sentido de dar ao Parque Recreativo de Brasília a denominação de "Parque Rogério Pitthon Serejo Farias", filho do atual governador, desaparecido tragicamente em desastre. Ainda do Senado são objeto de tramitação as matérias dos Senadores Adalberto Sena e Nelson Carneiro. O primeiro quer a participação dos eleitores do Distrito Federal na eleição de senadores e deputados federais; o segundo, de acordo com o projeto que apresentou, deseja que as empresas de Brasília que comerciam no ramo de carros novos e usados, tenham locais privativos de estacionamento. Na área da Câmara, o Deputado Sylvio de Barros apresentou matéria com o mesmo objetivo da que foi apresentada por Adalberto Sena, isto é, a participação dos eleitores de Brasília nas eleições estaduais.

TRIBUNAIS

18 JAN 1976

Dos projetos da Câmara, apresentados neste ano, ressalte-se o de autoria do Deputado Gamaliel Galvão, autorizando a criação de tribunais regionais do trabalho em unidades fedrativas que ainda não os possuem. O objetivo principal é Brasília, pois, como a capital da República ainda não dispõe do TRT, os processos são encaminhados para julgamento em Belo Horizonte. Deve-se destacar também o projeto do Deputado Siqueira Campos, que assegura aos arrendatários de lotes rurais do Distrito Federal o direito de optar por sua compra, regulando a cessão gratuita de terras a pequenos lavradores. A matéria trata dos detalhes dos contratos de compra e venda, do pagamento parcelado do terreno, nos casos cuja finalidade sejam hortigranjeira, ou agropecuária.

FOLCLORE

O Deputado paulista, Jorge Paulo, lutou em 75 por uma série de assuntos ligados ao artista brasileiro, denunciando as fitas piratas, isto é, as gravações clandestinas, sem pagamento de impostos, direitos autorais, etc. e, ainda ligado ao setor artístico, ele apresentou um projeto na Câmara, criando o Museu Nacional do Folclore, com sede em Brasília. A matéria, que está em tramitação naquela casa do Congresso, sugere que o Museu seja vinculado ao Ministério da Educação e Cultura.

COMISSÃO DO DF

O Deputado Siqueira Campos é um dos parlamentares interessados em que a Câmara tenha também a sua Comissão do Distrito Federal. O parlamentar goiano apresentou projeto introduzindo alterações nos artigos 23 e 28 do Regimento Interno, a fim de reinstaurar a Comissão do Distrito Federal. A matéria aguarda ainda distribuição e, além de criar a Comissão do Distrito Federal, trata da competência e número de seus membros. A opinião da maioria dos parlamentares consultados é de que a matéria será aprovada, sem qualquer problema, dado o alto interesse que representa.

Orçamentos, créditos suplementares, empréstimos para a rede oficial de ensino de 1º grau, execução do Plano de Habilitação Popular, transferência do controle acionário da COTELB para a TELEBRÁS. Todos esses e muitos outros projetos estão registrados no Congresso.